II. informar e encaminhar processos;

III. preparar despachos do dirigente ao qual esteja diretamente subor-

IV. exercer outras atribuições correlatas.

TÍTULO VI

DOS ORÇAMENTOS, DA PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA E DOS **BALANCOS**

Art. 84 - Os orçamentos, a programação financeira e os balanços do PRODERJ, respeitadas as suas peculiaridades, obedecerão aos padrões e normas instituídas por legislação própria, especialmente o Código de Administração Financeira e Contabilidade Pública do Estado do Rio de Janeiro e seus regulamentos

TÍTULO VII

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 85 - O Plano de Cargos, Carreira e Vencimentos do PRODERJ é o aprovado pela Lei nº 3.834, de 13 de maio de 2002, alterada pela

PRODERJ

Lei nº 6.593, de 19 de novembro de 2013, e qualquer alteração necessária será submetida à apreciação da Secretaria de Estado de Transformação Digital, para aprovação do Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, e a consequente formalização legal posterior.

Art. 86 - O regime jurídico do servidor público efetivo do PRODERJ é o estatutário, na forma prevista no Decreto nº 4.188, de 16 de junho de 1981, com alterações promovidas pela Lei nº 4.480, de 28 de de-

Art. 87 - Após a nomeação, o desempenho do servidor, para fins de permanência no cargo, será acompanhado pela Corregedoria

Parágrafo Único - Durante o período de estágio probatório, o desempenho do servidor será avaliado por comissão instituída para este fim, a qual deverá encaminhar à Corregedoria relatório com vistas à adoção dos procedimentos necessários à confirmação ou à exoneração do servidor, conforme o caso, por decisão do Presidente.

Art. 88 - O procedimento para instauração e tramitação das sindicâncias e as penalidades aplicáveis aos servidores da autarquia obedecerão aos normativos estaduais em vigor, em especial, o Decreto-Lei n.º 220, de 18 de julho de 1975, e o Manual do Sindicante, aprovado pelo Decreto nº 7.526, de 06 de setembro de 1984.

Art. 89 - Aplica-se ao PRODERJ o disposto na Lei nº 287, de 04 de dezembro de 1979, regulamentada pelo Decreto nº 3.149, de 28 de abril de 1980, e demais legislações aplicáveis.

Art. 90 - O PRODERJ poderá celebrar acordos, contratos, convênios, termos de parceria e de ajustamento de condutas e instrumentos similares com as administrações públicas, em especial, mas não restrito, às administrações estaduais e municipais, autarquias, fundações, empresas públicas, sociedades de economia mista, concessionárias e agências reguladoras, e organizações privadas, nacionais, estrangeiras e internacionais, visando à realização de seus objetivos

Art. 91 - O PRODERJ, por ato de seu Presidente, poderá criar comitês, grupos de trabalhos e câmaras técnicas setoriais ou temáticas, com o objetivo de integrar e apoiar processos internos, com a participação da sociedade civil, quando necessário.

Art. 92 - Compete aos servidores da autarquia o cumprimento dos prazos estabelecidos pelas unidades às quais estiver subordinado. aplicando-se o disposto na legislação em vigor no caso de descumprimento, excetuada hipótese de força maior.

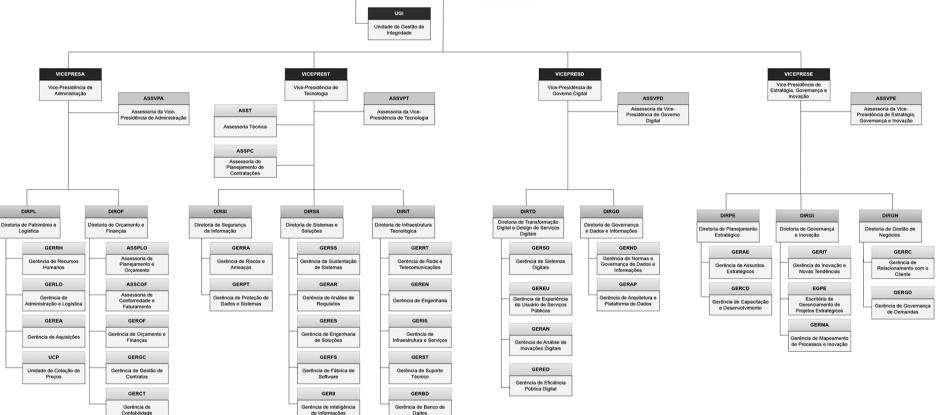
Art. 93 - Os casos omissos neste Regimento serão dirimidos pelo Presidente da autarquia



ORGANOGRAMA



- 1



ld: 2567912

Secretaria de Estado de Infraestrutura e Obras Públicas

SECRETARIA DE ESTADO DE INFRAESTRUTURA E **OBRAS PÚBLICAS**

ATO DO SECRETÁRIO

RESOLUÇÃO SEIOP Nº 651 DE 21 DE MAIO DE 2024

INSTITUI A COMISSÃO DE ACOMPANHAMEN-TO, GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO PROGRA-MA SOMANDO FORÇAS É COORDENAÇÃO GERAL DE CONVÊNIOS.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE INFRAESTRUTURA E OBRAS PÚBLICAS, no uso das atribuições legais, especialmente no âmbito do Decreto Estadual nº 44.371, de 03 setembro de 2013, Decreto nº 44.879, de 15 de julho de 2014, o disposto no Processo nº SEI-330018/000398/2020. e

CONSIDERANDO:

- os Termos do art. 10 do Decreto nº 44.371, de 03 setembro de 2013, que estabelece os procedimentos a serem adotados na celebração e execução de Convênios, no âmbito do PROGRAMA SO-MANDO FORÇAS;
- que a execução física dos Planos de Trabalho é de responsabilidade das municipalidades no âmbito do PROGRAMA SOMANDO FORÇAS,
- ainda, que cabe ao Estado, mediante apoio técnico o acompanhamento da execução do objeto dos convênios para liberação das parcelas relativas às transferências de recursos aos municípios, havendo, portanto, necessidade de renovação dos convênios ativos:
- o disposto no art. 20 do Decreto nº 44.879, de 15 de julho de 2014, que determina aos "órgãos e entidades integrantes da Administração

Pública Direta e Indireta interessados em celebrar convênios de dispêndio financeiro deverão nomear, obrigatoriamente, através de ato próprio publicado no Diário Oficial do Estado, um Coordenador Geral de Convênios", e

Obras Públicas foi editada a Resolução SECID nº 478, de 17 de novembro de 2023, instituindo a Comissão de Acompanhamento do Somando Forças e nomeando o Coordenador Geral de Convênios;

RESOLVE:

Art. 1º - Instituir no âmbito da Secretaria de Estado de Infraestrutura e Obras Públicas, a Comissão de Acompanhamento, Gestão e Fiscalização do Programa Somando Forças.

Art. 2º - A composição da Comissão de Acompanhamento, Gestão e Fiscalização do Programa será formada pelos servidores a seguir de-

Presidente: MARCELO DA COSTA MIRANDA, ID Funcional nº 5018713-9; Gerente Executivo: MARCOS SIMÕES DE SOUZA RIBEIRO, ID Funcional nº 50158635;

Coordenador: ADEMIR DE OLIVEIRA, ID Funcional nº 2025613-2. Art. 3° - As atribuições de cada membro da Comissão de Acompanhamento, Gestão e Fiscalização, instituída por esta Resolução, estão

disciplinadas no art. 10 do Decreto nº 44.371/2013. Art. 4° - Designar o servidor GABRIEL SANTOS RODRIGUES, ID Funcional nº 5018719-8, para Coordenador Geral de Convênios, cujas

atribuições estão disciplinadas no art. 20 do Decreto nº 44.879/2014. Art. 5º - Esta Resolução entrará em vigor a contar do dia 21 de maio de 2024, revogando as demais disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 21 de maio de 2024

URUAN CINTRA DE ANDRADE Secretário de Estado de Infraestrutura e Obras Públicas

ld: 2568101

ADMINISTRAÇÃO VINCULADA

SECRETARIA DE ESTADO DE INFRAESTRUTURA EMPRESA DE OBRAS PÚBLICAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

ATO DO DIRETOR-PRESIDENTE

PORTARIA EMOP Nº 1.220 DE 17 DE MAIO DE 2024

PRORROGA O PRAZO ESTABELECIDO NA PORTARIA EMOP SEI Nº 1.196 DE 09 DE ABRIL DE 2024 (INDEX 71843186) PARA CONCLUSÃO DOS TRABALHOS.

O PRESIDENTE DA EMPRESA DE OBRAS PÚBLICAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - EMOP-RJ, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO a manifestação da Diretoria de Obras através do despacho datado de 16/05/2024 sob o indexador nº SEI-74780037, constante no processo nº SEI-170002/001382/2022, referente às obras de Construção do Hospital de Carapebus, localizado na Rua Salias Selem Bichara s/nº, Oscar Brito, Carapebus/RJ, a cargo da empresa Midas Engenharia Ltda., para a apuração, se houver, dos valores de créditos e débitos entre a EMOP e a empresa contratada e emitir laudo visando à formalização da Rescisão do Contrato nº 064/2022.

 ${\bf Art.~1^o}$ - Prorrogar o prazo por mais 30 (trinta) dias, a contar de 16 de maio de 2024, para apresentação da conclusão dos trabalhos.

Art. 2º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação no D.O., revogadas todas às disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 17 de maio de 2024

ANDRÉ LUIS RIBEIRO BRAGA Diretor Presidente

ld: 2567946